

Resolução da Mesa Nacional 19 de novembro 2023

Só uma esquerda de confiança pode responder às crises política e social

1. Uma investigação judicial com as consequências da que levou o país à antecipação das eleições legislativas deve ser objeto de especial esclarecimento público. Desde a demissão do primeiro-ministro, na sequência da divulgação da existência de um inquérito específico à sua ação, o Bloco vem pugnando pela comparência da Procuradora-Geral da República para a apresentação de informação sobre a extensão e natureza das suspeitas que motivam este inquérito ao chefe do Governo. Só essa intervenção da PGR, em coerência com a Constituição e preservando a investigação judicial, permite o legítimo e necessário juízo democrático sobre a presente crise política.
2. Quaisquer que sejam as conclusões que venham a ser extraídas do processo em curso, ele vem expondo, pela enésima vez, o abismo existente na atuação dos poderes públicos, entre a facilidade e rapidez com que são atendidos os interesses mais influentes - tratados como "interesse nacional" - e a morosidade e contenção da resposta às necessidades sociais da maioria. Esse abismo traduz a promiscuidade entre política e negócios. Mesmo quando não assume formas ilegais, ela corrói as bases do projeto democrático e promove um modelo errado nos planos económico, social e ambiental.
3. A instabilidade política que marcou todo o período de maioria absoluta exprime, desde logo, aquela promiscuidade mas também a incapacidade do Governo do PS para evitar a degradação dos serviços públicos e a concentração da riqueza com o empobrecimento da maioria social. É significativo que, na sua alocução ao país, o primeiro-ministro demissionário advogue a virtude do modelo de governação assente nos compromissos necessários à "atração de investimentos" e que, apesar da antecipação de uma situação limite no SNS, o Governo não tenha chegado ainda um acordo com os profissionais de saúde. Nos seus discursos de apresentação, os candidatos à liderança do Partido Socialista, evitam qualquer balanço crítico de qualquer aspeto da atuação do governo de maioria absoluta em que ambos foram ministros.
4. O Bloco de Esquerda foi sempre a voz mais atenta e persistente contra o regime da porta giratória e privilégios. Entre outros exemplos dessa ação, refira-se que, em 2016, criticamos a ação de Lacerda Machado na TAP, bem como a sua posterior contratação como consultor; em 2018, pedimos a demissão do presidente da APA por complacência com privados poluidores; em 2019, promovemos um inquérito parlamentar aos favores à EDP (quando Manuel Pinho era ministro, Lacerda Machado estava com Mexia nos órgãos sociais da EDP e Vítor Escária era assessor económico de Sócrates, sendo mais tarde, pago pela EDP para advogar como

economista a favor das opções de Pinho). Em 2021, expusemos a atuação do ministro Matos Fernandes e da APA, contra o interesse público, face à venda de seis barragens do Douro, uma operação que denunciámos também por abuso e fraude fiscal. Perante os projetos de extrativismo associados ao lítio e ao solar intensivo para a produção de hidrogénio para exportação, a oposição do Bloco foi sempre frontal, tanto no plano da estratégia industrial de falsa transição energética, como no dos métodos de decisão, participação popular e proteção do território. Apoiamos a luta das populações locais pela preservação do património classificado como Reserva Agrícola Mundial.

5. Ao longo do período da maioria absoluta, os partidos de direita não conseguiram distinguir-se do governo do PS nas opções centrais: restrição orçamental e salarial, esvaziamento do SNS, proteção da especulação imobiliária e dos lucros da banca. Todos estes traços estão presentes na proposta de Orçamento do Estado para 2024, marcado pelo fim, com o apoio de toda a direita, das ténues medidas de tributação adicional dos lucros da grande distribuição. Também os lucros excessivos da banca, que somam 11 milhões por dia, conseguidos pelo aumento das taxas de juro, permanecem a salvo. A medida mais criticada pela direita (o aumento do IUC para os carros mais antigos) acaba de ser retirada pelo governo. Já está à vista que, na nova situação política, a direita prometerá tudo o que nunca fez nem fará - desde um cordão sanitário face ao Chega (são aliados nos Açores) até ao reconhecimento do tempo de serviço dos professores (que o PSD propõe agora, depois de tê-lo chumbado em 2019 quando poderia de facto tê-lo imposto no parlamento). Os próximos meses serão decisivos para impor a derrota da direita e do seu projeto de retaliação social. Certo é que, a 10 de março, a direita pode ser colocada em minoria no parlamento. O Bloco foi e será sempre a mais sólida garantia de oposição à formação de um governo de direita.
6. As lutas sociais dos últimos meses prosseguirão até 10 de março. Dos trabalhadores dos serviços públicos às gerações que se mobilizam pelo direito à habitação, todas as expressões do desejo popular de mudança de políticas deverão ocupar o seu lugar no debate público pré-eleitoral. A participação democrática e as lutas populares são parte essencial da clarificação política que a democracia exige e que se impõe numa campanha eleitoral. O Bloco ouve os movimentos feminista, antirracista, anticapacitista, LGBTI+, antiidadeismo e ecologista. Em particular, o Bloco de Esquerda saúda a bravíssima luta dos médicos e das médicas, que exigem ao governo uma solução que impeça o agravamento ainda maior da situação caótica que se vive hoje no SNS em todo o país -, bem como a luta dos estudantes pela justiça climática, perseguida de modo infame pelas direções das faculdades, que promovem a repressão contra sessões de esclarecimento e ações pacíficas. A complacência do governo com estas intervenções policiais em espaços académicos, sem precedentes em 50 anos de democracia, demonstra a profundidade a que chegou a degradação democrática sob a maioria absoluta.
7. O Bloco de Esquerda está pronto para afirmar uma alternativa ao mau governo e apresentar soluções para os grandes problemas que atingem a maioria da população: trabalho sem direitos, pensões e salários baixos, falta de habitação, professores, médicos e enfermeiros. Lutaremos por uma política industrial ecológica

que responda pelo emprego e pelo clima sem a promiscuidade com os grandes negócios, substituindo a especulação fundiária e imobiliária e a turistificação do país sobre um modelo transversal de baixos salários. O Partido Socialista quis manter o modelo de “atração de investimentos” que empobrece Portugal e leva ao abandono de profissões qualificadas e à fuga de quadros para o estrangeiro. A direita pretende acelerar esse ciclo. Só a força da esquerda pode fazer avançar políticas de igualdade. O Bloco inicia nesta reunião da Mesa Nacional a sua pré-campanha eleitoral. Nela comunicará um programa político atualizado e um manifesto definidor do caminho do Bloco para tirar Portugal do pântano em que a maioria absoluta o deixou e onde a direita pretende afundá-lo. Na sua próxima reunião, em dezembro, a Mesa Nacional decidirá os primeiros candidatos às eleições legislativas.

8. Um mês após o início da guerra contra a Faixa de Gaza, as ações bélicas do Estado de Israel mataram mais de 11 mil pessoas, em média 336 por dia, uma pessoa a cada quatro minutos e meio. No dia mais sangrento, 24 de outubro, os bombardeamentos israelitas vitimaram 756 pessoas. 68% por cento das vítimas são crianças, jovens e mulheres. Entre as vítimas contam-se também 42 jornalistas e mais de uma centena de funcionários da Organização das Nações Unidas (ONU) - o número mais elevado em 78 anos de história da organização. Esta operação põe mesmo em causa a negociação para a libertação dos reféns israelitas. Os dados não mentem: o governo de extrema-direita, liderado pelo primeiro-ministro corrupto Benjamin Netanyahu, pôs em marcha um genocídio contra o povo da Palestina com o objetivo declarado de ocupar definitivamente a Faixa de Gaza e expulsar a sua população. O Estado de Israel desrespeita recorrente e conscientemente o direito internacional humanitário e as Convenções de Genebra. O seu exército emprega gás de fósforo branco em áreas urbanas, bombardeia deliberadamente alvos civis, instalações de saúde, campos de refugiados ou zonas residenciais, com o apoio declarado dos Estados Unidos da América e das principais potências europeias. Só a rápida ampliação da mobilização popular à escala internacional - o Bloco empenha-se nestas mobilizações em Portugal e saúda todos quantos têm vindo às ruas - pode travar os crimes de guerra, impor um cessar-fogo permanente, obrigar os governos ocidentais a deixarem de financiar o apartheid sionista e abrir caminho a uma Palestina independente. O Bloco de Esquerda empenha-se na construção desse movimento. Associamo-nos a todas as ações de solidariedade com a Palestina, participamos na apresentação de uma queixa ao Tribunal Penal Internacional para o julgamento dos crimes de Israel e dos seus responsáveis políticos e militares e exigimos que o Estado português reconheça formalmente a existência do Estado da Palestina, proíba as transações comerciais e financeiras com colonatos israelitas e que defenda, no quadro da ONU e da União Europeia, a proibição de exportação de tecnologia, equipamento armamento militares para o Estado de Israel.